



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 10/06/2024

C. Lagoes
Conceição de Maria Lagoes Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado _____

para relatar.

Em ____/____/____

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

PARECER Nº

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 65/2024. AUTORIA DO EXCELENTÍSSIMO
DEPUTADO HENRIQUE PIRES.

*Dispõe sobre a Concessão de Título de Cidadão
Piauiense ao Excelentíssimo Senhor Desembargador
Newton Pereira Ramos Neto e dá outros providencias*

I. RELATÓRIO

O presente PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO de autoria do Senhor Deputado Henrique Pires, tem como objetivo conceder o Título de Cidadão Piauiense ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Newton Pereira Ramos Neto e dá outros providencias.

Para tanto, apresenta as seguintes justificativas: *Newton Pereira Ramos Neto nasceu em São Luís/MA no dia 21/02/1975 e bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, em 2000. É magistrado federal desde junho de 2005, quando tomou posse como Juiz Federal Substituto na Subseção Judiciária de Caxias/MA, tendo sido removido para a Seção Judiciária de São Luís/MA no ano de 2006.*

Em 2011, foi promovido ao cargo de Juiz Federal Titular da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, onde permaneceu até 2013, quando então foi removido para a Seção Judiciária de São Luís/MA. Sua última lotação como magistrado de primeira instância foi na 25ª Vara Federal do Distrito Federal, para onde foi removido no ano de 2021.

Tomou posse como Desembargador Federal em 10/05/2023, integrando a 11ª Turma e a 3ª Seção (competência residual). Foi Presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (2014/2016) e Vice-Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – 1ª Região (2016/2018).

Recebeu, entre outras, as seguintes honrarias: Láurea Acadêmica – Universidade Federal do Maranhão; Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho no grau Oficial - Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região; Ordem do Mérito do Ministério da Justiça no Grau Grande Oficial; Homenagem do Instituto Brasileiro de Educação em Direito e Fraternidade – serviços prestados através do Projeto "Falando Direito".

Dessa forma, Newton Pereira Ramos Neto é merecedor do título de cidadão piauiense, assim confiamos na aprovação do projeto de decreto legislativo que submeto a superior consideração desse egrégio Poder Legislativo.



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

Eis o relatório.

II. VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir parecer em consonância com o artigo 80 do Regimento Interno¹ desta Casa.

Conforme previsão regimental, mais especificamente disposta no artigo 123, I, "a", do RIALEPI², o parecer apreciador da matéria deve obedecer a exigências intrínsecas e indispensáveis à edição de norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, vício de iniciativa, competência, dentre outras.

A concessão de título de cidadão piauiense é o reconhecimento de todo o povo deste Estado ao trabalho e dedicação desta ilustre pessoa que contribuiu de forma aguerrida não só na área de atuação, mas na convivência no dia a dia junto aos piauienses.

O objetivo da propositura é conceder o título de cidadão honorário piauiense ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Newton Pereira Ramos Neto.

Inicialmente, importa registrar que o projeto não apresenta vícios de iniciativa, nos termos do Regimento Interno da ALEPI:

Art. 141.

As proposições se constituem em:

II- De iniciativa exclusiva parlamentar:

(...)

¹Art. 80. Em regra, antes da deliberação do Plenário, as proposições dependem da emissão, discussão e aprovação de parecer das Comissões Técnicas pertinentes, ressalvadas as espécies indicadas nos incisos do art. 108.

²Art. 123. As Comissões Permanentes desta Assembleia e suas respectivas competências e atribuições são as seguintes: I - Comissão de Constituição e Justiça: a) aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

b) projetos de decreto legislativo;

Ademais, a propositura se encontra em conformidade com o dispositivo no art. 27, inciso V, "g" do Regimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí:

Art. 27. São atribuições do Plenário as constantes dos arts. 61 e 62, da Constituição Estadual, ou as decorrentes de sua natureza, dentre outras:

(...)

V - Expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

(...)

g) atribuição de título de cidadão honorário a pessoa que reconhecida e comprovadamente tenha prestado relevantes serviços à comunidade piauiense, por meio de voto secreto, aprovado em única votação por maioria absoluta dos deputados presentes em Plenário;

Por derradeiro, verifico que este Projeto de Lei não encontra óbice quanto às matérias constantes do art. 142 do Regimento Interno.³

Vale ressaltar, ainda, que a análise realizada pela Comissão de Constituição e Justiça não se alonga por critérios de conveniência, mérito ou mesmo oportunidade nas proposições a ela submetidas, mas tão somente à eventual existência de óbices de natureza inconstitucional, antijurídica, vícios de iniciativa e até mesmo de técnica na edição de normas, ficando a cargo das comissões especiais a verificação daqueles critérios.

³Art. 142. Não devem ser recebidas as proposições que: I - contenham assunto alheio à competência da Assembleia; II - deleguem a outro Poder atribuição privativa do Legislativo; III - forem flagrantemente antirregimentais; IV - estejam mal redigidas; V - contenham expressões ofensivas; ou VI - forem manifestamente inconstitucionais.



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

Por todo o exposto, observando a grande importância da proposição, sua boa técnica legislativa, constitucionalidade, manifesto-me favoravelmente à aprovação do referido projeto.

III. PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

☒ Aprovação.

☐ Rejeição.


HÉLIO ISAÍAS

DEPUTADO ESTADUAL

Sala de Reunião das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa em Teresina/PI, ____ de ____
de 2024.

